PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais
Curso de Ciências Contábeis
3º Período Noite
Contabilidade Intermediária
Direito Tributário
Filosofia II
Introdução à Ciência Atuarial
Logística das Organizações
Métodos Quantitativos
Produção e Compreensão de Textos

Diego José do Nascimento
Lucas Leandro Campos Ferreira
Ricardo Leão
Uesllei Marques de Carvalho
Victor Hugo Moraes de Paula Timóteo

PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS: PME

Belo Horizonte
20 agosto 2011

Diego José do Nascimento
Lucas Leandro Campos Ferreira
Ricardo Leão
Uesllei Marques de Carvalho
Victor Hugo Moraes de Paula Timóteo

PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS: PME

Artigo apresentado às disciplinas: Contabilidade Intermediária, Direito Tributário, Filosofia II, Introdução à Ciência Atuarial, Logística das Organizações, Métodos Quantitativos e Produção e Compreensão de Textos do 3º Período do Curso de Ciências Contábeis Noite do Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais da PUC Minas BH.

Professores: Arazi Gomes
Carlos Márcio Vitorino
Domingos Xavier Teixeira
Evângela Batista Rodrigues
Geraldo de Assis Souza Júnior
José Carlos Aguiar de Souza
Rafael Ornelas Machado

1 INTRODUÇÃO

O que os Pronunciamentos Contábeis têm a orientar sobre a maneira correta de gerenciar as Pequenas e Médias Empresas? É esta a questão que este artigo procura responder.

Em Contabilidade veremos os procedimentos contábeis que devem ser adotados pelas Pequenas e Médias Empresas, abordando sua definição e as diferenças entre as demais empresas, incluindo quais são as características qualitativas das informações e os princípios gerais de registro de balanço patrimonial, receitas e despesas e demais demonstrativos contábeis.

Em Métodos Quantitativos a partir das demonstrações Contábeis da empresa Tectoy S.A foram retiradas duas variáveis quantitativas para análise da correlação e equação de regressão.

Em Ciências Atuarias foram dados os conceitos e definições por meio das notas explicativas da empresa escolhida foram verificados quais tipos e políticas de seguros, adotados pela mesma.

Logística Reversa é o tema central da disciplina de Logística, onde foi apresentada a importância e a responsabilidade ambiental desde antes do processo de fabricação de um produto até seu pós-venda.

Com referência a parte de Direito Tributário demonstramos com exemplos como se calcula o Imposto de Renda Diferido no Ativo e no Passivo, além de descrever no tocante ao CPC 29, o que as empresas de pequeno e médio porte deverão publicar em suas demonstrações.

O trabalho foi feito a partir de várias fontes bibliográficas, das quais foram feitas a leitura analítica individualmente por cada membro do grupo.

2 PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ADOTADOS PELAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

Pequenas e médias empresas são empresas que não têm a obrigação pública de prestação de contas e elaboram suas demonstrações para fins gerais direcionado para usuários externos (sócios que não fazem parte administração, clientes, agência de avaliação de crédito etc.).

Uma empresa tem obrigação pública de prestação de contas quando possuir ações negociadas em mercado aberto em bolsa de valores nacional ou estrangeira e em mercado de balcão. É o caso típico de bancos, cooperativas de crédito, companhias de seguro e afins. É obrigada também, quem possui ativos em condições fiduciárias perante um amplo grupo de terceiros tendo os, como principal negócio. (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC PME, Seção 1, p. 6–7).

2.1 Características qualitativas de informação em demonstrações contábeis

As informações e os dados apresentados pelas demonstrações contábeis devem ser de fácil entendimento para quem as utilizam. Todavia, não se podem omitir informações relevantes com desculpa de serem herméticas. É necessário que as mesmas sejam úteis no auxílio para tomada de decisões por parte de seus usuários, servindo de ferramenta para análise de casos passados, futuros e presentes. Todavia, em função de serem utilizadas pelos usuários, para nortear suas tomadas de decisões, qualquer erro ou omissão influencia diretamente no resultado desejado. Sendo assim, inapropriado o erro ou omissão voluntária.

As informações contidas nas demonstrações devem ser impessoais, livre de qualquer intenção de persuadir com fim de atender interesses pré-determinados. Devem ser contabilizados e apresentados os acontecimentos, levando em consideração suas peculiaridades em primeiro lugar. E é preciso prudência diante

das incertezas, isso consiste em não superestimar ativos e receitas, e não subestimar passivos e despesas. Tomando cuidado para não supervalorizar estes, ou subvalorizar aqueles.

Os usuários têm que serem capazes de comparar a demonstrações do período atual com outros períodos e com outras entidades. Levando em consideração sempre as mudanças políticas quem ocorram. Por fim, Para informação relevante e confiável é necessário que ela seja em tempo real. (CPC PME, Seção 2, p. 8-10)

2.2 Reconhecimento e princípios gerais de mensuração

O regime usado para demonstrações é o da competência. Observados os critério e definições para cada item (ativo, passivo, receitas e despesas) para seu reconhecimento.

O ativo será reconhecido no balanço quando gerar benefícios econômicos futuros e a mensuração do mesmo se derem de forma confiável. O passivo será reconhecido quando tiver obrigação no final do período contábil corrente em função de evento passado, ou quando há transferências de recursos para liquidação de obrigação, e ainda quando o valor de liquidação for mensurado com confiança.

Reconhece receita, quando esta gerar benefícios econômicos futuros devido aumento de ativo ou diminuição de passivo e que possa ser avaliado com confiança. Há reconhecimento de despesa quando houver diminuição dos benefícios econômicos futuros em função diminuição de ativo ou aumento do passivo, que possa ser avaliado com confiança. (CPC PME, Seção 2, p. 15-16)

2.3 Demonstrações contábeis adotadas pelas PME

As demonstrações contábeis que as pequenas e médias empresas deverão adotar são: o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de

Caixa e notas explicativas contendo o resumo das políticas contábeis adotadas e outras informações explicativas. (CPC PME, Seção 3, p. 23).

2.4 Resultado e resultado abrangente

Resultado abrangente é a diferença aritmética entre todas as receitas e todas as despesas. Já a demonstração do resultado é a diferença aritmética entre receitas e despesas, que não são classificadas neste pronunciamento como receitas e despesas do resultado abrangente. (CPC PME, Seção 2, p. 16).

2.5 Demonstrações das mutações do patrimônio líquido e demonstração de dos lucros e prejuízos acumulados

A demonstração das mutações do patrimônio líquido pode ser usada quando há mutações no patrimônio líquido da entidade, em função de mudanças de práticas contábeis correções de erros, dividendos e outras distribuições para os proprietários no período.

A demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados apresenta mudanças nos lucros e prejuízos acumulados do período. É permitida a sua apresentação, se as únicas alterações do patrimônio líquido derivar do resultado de pagamento de dividendos ou de outra forma de distribuição de lucro, erros e mudanças nas políticas contábeis. (CPC PME, Seção 3, p. 32-33).

2.6 Investimento em controlada e em coligada

Coligada é a entidade em um que certo investidor possui influência significativa (poder de participar nas decisões política financeira e operacional) que não chega a ser controle. (CPC PME, Seção 14, p. 83-84).

O investidor tem as seguintes opções para contabilizar seus investimentos:

a) Método de custo em que o investidor deve avalia seu investimento pelo custo de aquisição menos a provisão para perdas em investimento, E também reconhecer dividendo ou distribuição de lucro como receita.
b) Método da equivalência patrimonial consiste em reconhecer inicialmente o investimento pelo preço de transação incluindo os custos, logo após são feitos ajustes para mostrar o resultado da participação do investidor na investida.
c) Método do valor justo os investimentos são inicialmente reconhecidos pelo valor de transação, desconsiderando os custos.

O investidor em coligada deve divulgar sua prática contábil para investimento em coligada; o valor contábil; o valo justo dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial para quais exista cotação de preços publicada.

2.7 Propriedade para investimentos

Propriedade para investimentos são a propriedade não ligada à produção ou fornecimentos de bens e serviços, ou na administração e na venda no curso normal dos negócios. Mas, mantido para auferir alugues ou para valorização do capital, cujo valor justo pode ser mensurado de maneira confiável sem custo ou esforços excessivo.

A entidade deve no reconhecimento inicial ser avaliado pelo seu custo que abrange o preço de compra e outros que estão relacionados diretamente com sua aquisição. Depois será avaliada pelo valor justo no balanço com as devidas mudanças reconhecidas no resultado.

A entidade deve divulgar os métodos para determinar o valor justo, a avaliação e o avaliador, sendo que mesmo deve possuir qualificação e experiência reconhecida; as obrigações

contratuais para construção, manutenção e melhoramento; e também a conciliação entre as quantias escrituradas.

2.8 – Ativo imobilizado

Ativos imobilizados são ativos tangíveis que serão utilizados por mais de um período e estejam relacionados na atividade fim da entidade. Será reconhecido o custo como ativo quando benefícios futuros fluírem para entidade e ainda se este custo puder ser mensurado de maneira confiável.

Os custos do ativo imobilizado compreendem o preço de compra, os impostos não recuperáveis e todos os custos necessários para colocar o ativo no local e com condições para funcionar. Em caso de adiamento do pagamento, o custo é o valor presente de todos os pagamentos futuros.

A mensuração após o reconhecimento inicial é dada pelo custo menos depreciação acumulada e as possíveis perdas. O método de depreciação deve ser o que enquadra na realidade que se espera consumir os benefícios econômicos futuros. Os métodos possíveis são o da linha reta, dos saldos decrescentes e método baseado no uso, ou o método das unidades produzidas.

A entidade deve baixar o ativo imobilizado quando houver alienação ou não existir expectativa de benefícios econômicos futuros. Deve determinar se houver perdas ou ganho na alienação.

A entidade deve divulgar as bases de mensuração para chegar ao valor contábil, os métodos de depreciação e vida útil, a taxa, o valor contábil e da depreciação acumulada, além da conciliação entre valor contábil do início e do fim do período.

2.9 – Ativo intangível exceto ágio por expectativa de rentabilidade futura (Goodwill)

Ativo intangível é ativo não monetário, que é identificado, sem substância física. Deve reconhecer o ativo quando gerar

benefícios econômicos futuros e estes fluírem para entidade, e se seu custo puder ser mensurado de maneira confiável.

A entidade mensura o ativo pelo custo, sendo que no caso de aquisição separada o custo compreende o preço de compra, os tributos não recuperáveis, menos deduções e abatimentos. Será pelo valor justo pela data de aquisição quando for parte de combinação de negócios. Ainda devem ser reconhecidos os gastos internos em função de pesquisas e desenvolvimento.

Após o reconhecimento, a mensuração deve ser pelo custo menos a amortização acumulada e perdas. Todo ativo intangível deve ter vida útil finita, senda que o encargo de amortização deve ser reconhecido como despesa. Quanto à baixa, a mesma será por alienação ou a perda de expectativas de gerar benefícios econômicos futuros.

A entidade deve divulgar a vida útil e a taxa de amortização de cada ativo; os métodos de amortização utilizados; o valor contábil bruto e da amortização acumulada; a linha de demonstração do resultado na qual é incluída a amortização dos ativos e conciliação do valor contábil do início e do final do período.

3 MÉTODOS QUANTITATIVOS

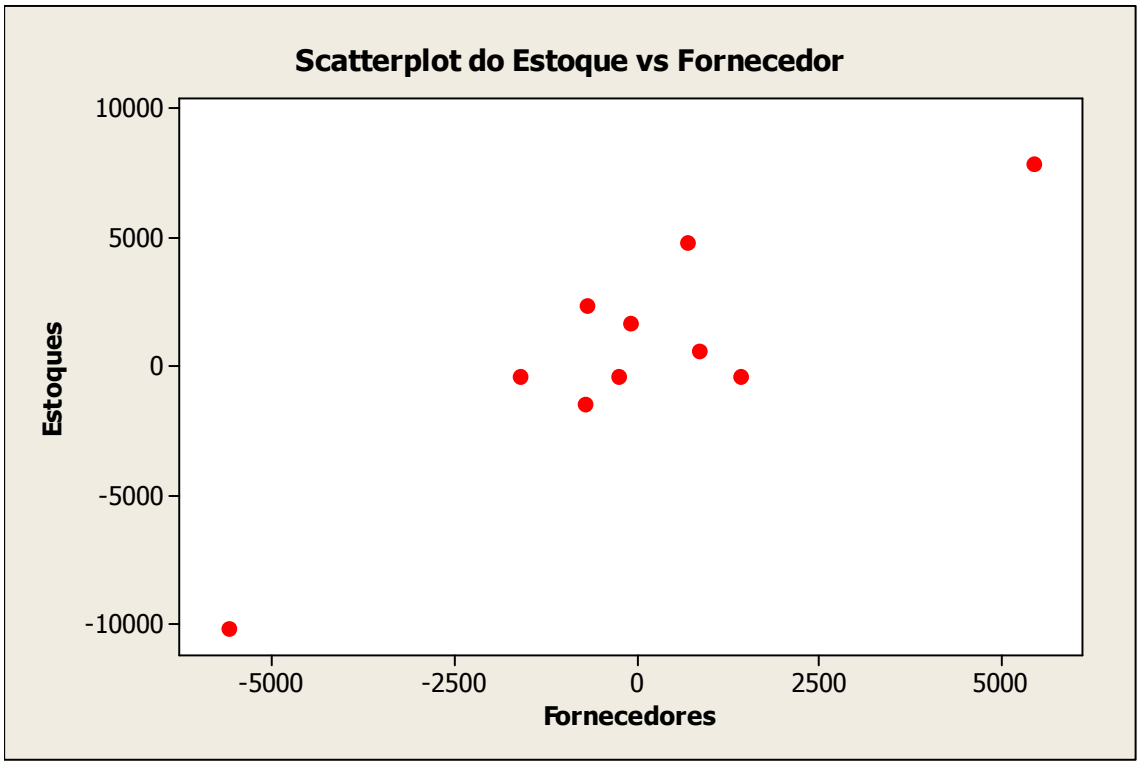
3.1 Coleta de dados, baseados nas Demonstrações Contábeis de 2 variáveis quantitativas acerca do tema proposto para o T.I

O trabalho tem como base o balanço patrimonial e DRE da empresa TECTOY S.A. no período de 2010 a 2001 ao qual foi retirada duas variáveis para a analise de correlação e regressão, sendo:

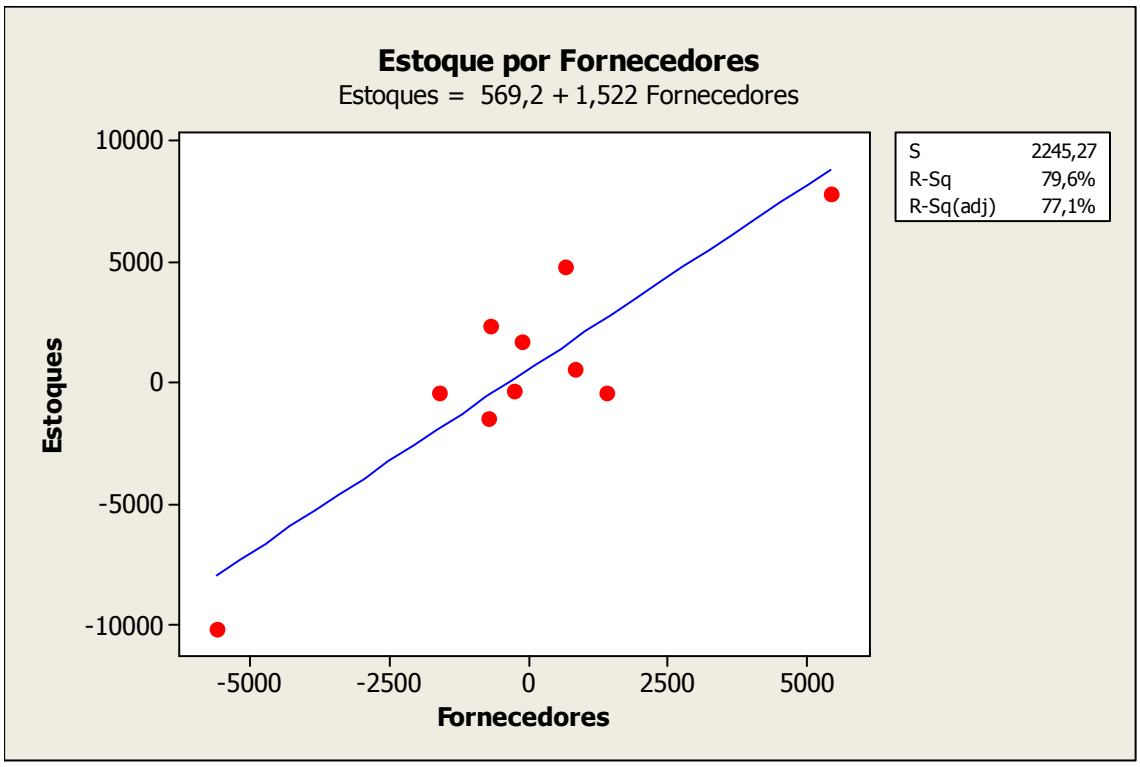
I – variável resposta (y) = Mutação do estoque
II – variável explicativa (x) = Mutação da conta fornecedores

Ano	Mutação do Estoques	Mutação dos Fornecedores
2010	2400	-684
2009	-10156	-5615
2008	7889	5448
2007	4824	676
2006	-1401	-717
2005	-377	1411
2004	633	849
2003	-332	-252
2002	1702	-103
2001	-400	-1611

Primeiramente foi feito a analise e a avaliação do gráfico de pontos, ao qual pode-se afirmar que a relação existente e positivamente linear.



Analisando os gráficos foi feita a correlação das variáveis chegando ao resultado de 0,892, ocorrendo assim uma alta correlação, ou seja, podemos dizer que ela é positiva.



Equação de regressão: Estoques = 569,2 + 1,522 Fornecedores

Se a mudança da conta fornecedor for menor que R$373 mil haverá uma mudança negativa no estoque. Este modelo foi feito para melhor verificação da baixa dos fornecedores em relação aos estoques.

4 POLÍTICAS DE SEGUROS PARA OS BENS DO ATIVO IMOBILIZADO

O seguro é uma operação que toma forma jurídica de um contrato, em que uma das partes (segurador) se obriga para com a outra (segurado ou seu beneficiário) , mediante o recebimento de um valor monetário estipulado (prêmio), a compensá-la (indenização) por um prejuízo (sinistro), resultante de um evento futuro, possível e incerto (risco) indicado no contrato.

A finalidade específica do seguro é restabelecer o equilíbrio econômico perturbado.

4.1 Elementos que caracterizam o Seguro:

4.1.1 Risco

Representa a possibilidade de um evento inesperado ocorrer, gerando prejuízo ou necessidade econômica ou danos materiais, e

pessoais. O risco é incerto, aleatório, possível, real, lícito e fortuito.

4.1.2 Sinistro

É a realização do risco previsto no contrato do seguro, resultando em perdas para o segurado ou seus beneficiários.

O sinistro pode ser classificado em:

Total → quando causa a destruição ou desaparecimento por completo do objeto segurado;

Parcial → quando atinge somente uma parte do objeto segurado.

4.1.3 Segurador

É a entidade jurídica legalmente constituída para assumir e gerir os riscos especificados no contrato de seguro.

O segurador emite o contrato e paga a indenização ao segurado quando o sinistro previsto no contrato ocorre, se o segurado tiver efetuado o pagamento dos prêmios.

4.1.4 Segurado (ou estipulante)

É a pessoa física ou jurídica, em nome de quem se faz o seguro.

O segurado transfere para a seguradora, mediante pagamento de um valor monetário, o risco de um prejuízo sobre o bem de seu interesse. Caso o segurado não pague esse valor monetário, ele perde os direitos à indenização prevista no contrato.

O segurado não pode contratar mais de um seguro para o mesmo bem. No caso de complemento de um seguro é obrigatória a declaração da existência de outro seguro no contrato.

4.1.5 Prêmio

É o valor monetário que o segurado tem que pagar para o segurador. Nada mais é do que o preço do seguro especificado no contrato

4.2 Seguro Privado

Ocorre quando o risco segurado é assumido por uma pessoa jurídica de direito privado comercial, com fins lucrativos. Nesse caso, o contrato é regulado pelo Código Civil ou Comercial, obedecendo as leis específicas e regulamentações complementares.

A companhia Tec Toy S/A, possui apólice de seguro a qual considera suficiente para cobrir eventuais riscos de responsabilidade ou sinistros com seus ativos e de terceiros. Encontra – se demonstrada a seguir:

Bens Segurados	Riscos Cobertos	R$ Montante de Cobertura
Estoques (Manaus)	Incêndios e riscos diversos	3.900.000
Imobilizado (Manaus)		1.500.000
Prédios terceiros		1.000.000
Estoque/Imobilizado		1.000.000

Em contato com a empresa, a mesma, nos informou que não pode fornecer informações referentes aos nomes das seguradoras envolvidas na apólice, bem como os prêmios pagos por eventuais sinistros, devido a política de segurança da empresa.

5 Logística das Organizações

A Logística Reversa pode ser classificada como sendo apenas uma versão contrária da Logística como todos conhecem. O fato é que um planejamento reverso utiliza os mesmos processos que um planejamento convencional. Ambos tratam de nível de serviço, armazenagem, transporte, nível de estoque, fluxo de materiais e sistema de informação. No entanto a Logística Reversa deve ser vista como um novo recurso para a lucratividade. Existem várias empresas que lidam com o processo de gerenciamento da logística reversa, tais como os fabricantes de bebidas com o processo de recolhimentos das garrafas, as siderúrgicas que usam grande parte de sucatas como material de produção. Tem também outros processos onde esse processo é recente, como na indústria automobilística, de eletrônicos e varejo.

No Brasil os sinais de descarte estão presentes e crescem a cada ano mais isso acontece porque, muitas vezes, os consumidores armazenam entulhos, boa parte formado por equipamentos velhos e sem uso que estão abandonados porque não sabem o que fazer com eles. E também os produtores, especialmente por não terem consciência de quanto dinheiro poderiam estar economizando com a adoção prática.

O perfil do novo consumidor é de preocupação com o meio-ambiente, pois ele tem consciência dos danos que dejetos podem causar em um futuro próximo. A falta de aterros sanitários e o constante aumento de emissões de poluentes, inclusive nos países mais desenvolvidos, geram polemicas discussões em âmbito mundial. Esta preocupação se reflete nas empresas e indústrias, que são responsabilizadas pelo aumento destes resíduos.

E é pensando nestes fatores que surgem políticas de processos que contribuam para um desenvolvimento sustentável. Efetivamente no país não existe nenhuma legislação que abranja a

questão da Logística Reversa, sendo este um processo em difusão. O que existe são algumas Resoluções que são utilizadas.

A entidade deve divulgar informações que permitam os usuários avaliarem a natureza e os efeitos financeiros das conseqüências correntes e diferidas da tributação. E divulgar separadamente os componentes principais da despesa (receita), receita (despesa) tributárias.

O principal objetivo da logística reversa é o reaproveitamento e a reciclagem de produtos e materiais, com a reutilização destes na cadeia de valor, tendo a preocupação de fazer com que esse material, sem condições de ser reutilizado, retorne ao seu ciclo produtivo ou para o de outra indústria como insumo, evitando uma nova busca por recursos na natureza e permitindo um descarte ambientalmente correto.

O crescimento da posição da Logística Reversa na empresa é recente. A implementação deste sistema reflete em vantagens competitivas para as empresas, ao nível de menores custos e melhoria de serviço ao consumidor. Uma integração da cadeia de suprimentos também é necessária. O fluxo reverso de produtos deverá ser considerado na coordenação logística entre as empresas.

A base de uma vantagem é a diferença entre uma empresa e seus concorrentes. A estratégia é a busca deliberada de um plano de ação para desenvolver e ajustar a vantagem competitiva de uma empresa. Uma empresa deve criar e sustentar uma vantagem competitiva para que, através da elaboração e implementação de uma estratégia competitiva, ela consiga atingir uma posição competitiva favorável na indústria. Para isso, é essencial que a empresa conheça profundamente a estrutura industrial do setor de atuação. Assim, a vantagem competitiva é utilizada pela empresa para se defender contra as forças competitivas básicas (ameaça de entrantes, poder de negociação dos fornecedores, poder de negociação dos compradores, pressão dos produtos substitutos e a intensidade da rivalidade entre os concorrentes já existentes) ou influenciá-las a seu favor.

A logística contribui para o sucesso das organizações não somente por propiciar aos clientes a entrega precisa de produtos, mas também por promover suporte ao produto após sua venda ou consumo. A logística reversa é uma forma de aumentar o nível de serviço oferecido ao cliente. Este aumento no nível de serviço fortalece a cadeia de valor de uma empresa que, se bem configurada, reforça sua vantagem competitiva. Uma meta comum a vários negócios é prender os clientes de forma que eles não sejam tentados a trocar de fornecedor. Há muitos modos para desenvolver vínculos que dificultem esta troca. Um deles é o fornecedor oferecer a seus clientes um serviço de retorno rápido e eficaz de mercadoria não vendida ou defeituosa e a habilidade de creditar os clientes de forma justa.

6 Tributo sobre lucro

É necessário que a entidade reconheça os efeitos fiscais atuais e futuros de transações e eventos, esses valores fiscais reconhecidos compreendem o tributo corrente e o diferido. Tributo corrente é o tributo a ser pago (recuperável) referente ao lucro tributável (prejuízo fiscal) para período corrente ou passado. Tributo diferido é tributo a ser pago ou recuperado em períodos futuros. Geralmente a entidade recupera ou quitas seus e passivos pelos valores correntes, gerando uma compensação futura de créditos ou prejuízos fiscais não utilizados no período corrente. (CPC, seção 29, p. 190)

Para demonstrar como exemplo, retiramos do balanço da empresa TECTOY S.A um bem no valor de R$ 10.000,00 cuja depreciação contábil é de R$ 1.000,00 por ano, já na fiscal é de R$ 3.000,00 por ano três vezes ao ano representando uma aceleração de R$ 2.000,00. Na contabilidade foi registrada despesa de depreciação em R$ 1.000,00 por ano e os R$ 2.000,00 restantes foram computados como uma exclusão temporária no LALUR.

O total do Imposto de Renda lança como despesa na contabilidade, durante a vida útil do bem, é igual ao total pago no fiscal, sendo que diferença está na distribuição ao longo do tempo. Assim, a contabilização nos primeiros três anos foi:

Débito em despesa com imposto renda no valor de R$ 2.500,00. E crédito em imposto de renda a pagar (passivo Circulante) a ser pago no ano seguinte no valor de R$ 1.750,00. E outro crédito em imposto de renda diferido (Passivo Não Circulante) no valor de R$ 500,00.

No final do terceiro ano, conta do imposto de renda diferido estava em com saldo de R$ 1.500,00, e no quarto ano não houve diferença. A partir do quinto ano, inverteu-se o processo, pois continuou havendo depreciação contábil, mas não houve a fiscal. Passou-se a reverter o imposto de renda diferido, com a seguinte contabilização:

Débito em IR diferido (Passivo Não Circulante) de R$ 250,00. E crédito em IR a pagar (Passivo Circulante) no valor de R$ 250,00. No final do décimo ano, o imposto diferido estava com saldo zero.

7 CONCLUSÃO

Após uma pesquisa detalhada em torno do tema Pequenas e Médias Empresas, pudemos obter uma visualização mais clara do correto funcionamento desse tipo de organização, além de suas políticas internas.

Utilizando o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, mostramos quais os procedimentos contábeis que as empresas de pequeno e médio porte devem adotar para manter sua contabilidade dentro dos regulamentos legais aprovados pelo Conselho Regional de Contabilidade. Seguindo-os, é possível que se administre, de maneira eficiente, o ativo não circulante, principalmente os bens imobilizados e intangíveis, e investimentos da empresa. Além disso, pudemos conhecer e entender como ocorre a cobrança dos tributos sobre o resultado operacional do exercício social, dando enfoque ao imposto de renda diferido.

Através de métodos estatísticos, foi possível estabelecer uma relação entre as contas de fornecedores e estoque presentes no balanço patrimonial de uma empresa, feita por meio de cálculos de correlação linear, equação de regressão, e pela interpretação dos resultados obtidos.

Pudemos esclarecer também algumas das políticas internas que uma pequena e média empresa pode seguir. A contratação de seguros é uma questão de grande valia para uma corporação que se preocupa com a proteção de seu patrimônio. As políticas ambientais também são relevantes para que a empresa não somente agregue valor com seus clientes e com a sociedade, mas também possa contribuir para a preservação ambiental e alcance da sustentabilidade.

Dessa forma, esperamos que o leitor tenha compreendido a importância dos procedimentos contábeis na gestão de pequenas e médias empresas, que são organizações muito presentes no nosso país e são responsáveis pela movimentação de parte considerável da renda bruta nacional.

Referências

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamento Técnico PME Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. Disponível em <http://www.cpc.org.br/pdf/CPC_PMEeGlossario_R1.pdf.> Acesso em 12 out. 2011.

DAHER, Cecílio E., SILVA, Edwin P. S., FONSECA, Adelaida P..*Logística Reversa: Oportunidade para Redução de Custos Através do Gerenciamento da Cadeia Integrada de Valor.*

FENASEG. Tipos de Seguro – Ramos. Disponível. Disponível em <http://www.fenaseg.org.br/main.asp?View=%7BB3380F9F-98AD-476E-8162-7B07B3D4A488%7D>. Acesso em 12 de out. 2011

ERTHAL, Jacir A..*Indicadores para Avaliação Física do Produto.* Florianópolis, 2003.

JUSBRASIL. Conceito de Seguro. Disponivel em <http://www.jusbrasil.com.br/topicos/1258600/conceito-de-seguro>. Acesso em 12 de out. 2011

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Comissão de Valores Mobiliários. Disponível em <http://www.cvm.gov.br>. Acesso em 12 out. 2011.

MUELLER, Carla Fernanda. Logística Reversa Meio Ambiente e Produtividade. Disponível em <http://www.empresaresponsavel.com/aulas/logistica_texto_meioambiente.pdf>. Acesso em 12 out. 2011